



FRATERNIDADE E DENÚNCIA COM A ENCÍCLICA
"IRMÃOS TODOS", ASSINADA EM ASSIS DIANTE DO TÚMULO DO SANTO,
O PAPA FRANCISCO CONFIRMA A SUA CONDIÇÃO DE ESTADISTA
REFORMADOR DA IGREJA E COMBATENTE DAS INJUSTIÇAS DO MUNDO



BY_J.L.L.

CartaCapital

EDITORIA
CONFIANÇA

A DEMOLIÇÃO

SERVIDORES PÚBLICOS EXPÕEM
AS PRESSÕES PARA BURLAR AS LEIS
E AS PERSEGUIÇÕES IDEOLÓGICAS
DO GOVERNO BOLSONARO

ANO XXVI Nº 1127 R\$ 17,90
14 DE OUTUBRO DE 2020
01127
9 771809 669002

LEIA
TAMBÉM
CARTACAPITAL
NO TABLET
E NO CELULAR

Os funcionários públicos, exceto alguns poucos marajás que sempre mantêm os seus privilégios, vivem sob uma pressão sem precedentes comandada pelo presidente da República. O assédio moral sempre existiu, mas sob Jair Bolsonaro aumentou, agravou-se e parece institucionalizar-se como uma política de governo, mostram depoimentos, documentos e publicações aos quais *CartaCapital* teve acesso. Quanto mais honesto e determinado a cumprir a Constituição e as leis, mais o servidor estará sujeito a ameaças, censura, afastamento de função, constrangimentos, remoções, desqualificações e outras violências que hoje sobrecarregam os departamentos jurídicos dos sindicatos e associações de trabalhadores do setor público. As justificativas mais comuns das punições nos governos anteriores, de inadequação ao cargo ou alguma pendência na Justiça, foram substituídas por um motivo vago repetido por todos os chefes: “Conveniência e oportunidade”.

A pressão é redobrada sobre aqueles vinculados às áreas de maior importância político-ideológica para o bolsonarismo, como a Saúde, o Meio Ambiente, o Itamaraty e a Funai, não raro com a participação ativa e às vezes determinante do famigerado “gabinete do ódio” instalado no Palácio do Planalto. O aumento da presença de militares nas organizações civis do Estado é outro constrangimento para os funcionários. Uma nota técnica baixada em julho pela Corregedoria-Geral da União, a de número 1556, prevê a punição dos servidores que se manifestarem na internet de modo considerado desleal ao governo. Um dossiê produzido em sigilo pelo Ministério da Justiça com fotos e endereços de funcionários federais e estaduais integrantes do “movimento antifascismo” foi descoberto no mês seguinte e abortado pelo STF. As perseguições aumentam em todos os níveis de governo e mostram em alguns casos conexão preocupante com a

captura do Estado por empresas privadas envolvidas em corrupção.

O assédio moral consiste em relações abusivas no ambiente de trabalho entre colegas ou entre chefes e seus subordinados. O assédio institucional parte do governo e incide sobre as instituições, suas áreas técnicas e seus funcionários. “O assédio sempre existiu no setor público, mas ganhou escala, método e funcionalidade inusitada sob Bolsonaro e tornou-se parte integrante das práticas cotidianas deste governo direcionadas à desconstrução do Estado. Neste sentido ele pode ser considerado um método de governo, cuja escala ampliada de situações demonstra que deixou de ser algo esporádico ou acidental,



Salles avança no desmonte das estruturas de controle do Meio Ambiente

**AS PERSEGUIÇÕES
AUMENTAM EM
TODOS OS NÍVEIS
DE GOVERNO
E MOSTRAM
CONEXÃO COM
OS INTERESSES DE
EMPRESAS PRIVADAS
ENVOLVIDAS
EM CORRUPÇÃO**

como no passado, para se tornar algo patológico, uma prática intencional com objetivos claramente definidos”, dispara José Celso Cardoso Júnior, pesquisador e presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Afipea. Os objetivos, diz, são desorganizar a atuação estatal para reorientá-la segundo os interesses do mercado, deslegitimar as políticas públicas estabelecidas pela Constituição de 1988 e desqualificar os funcionários públicos, em especial os estatutários, sob o regime jurídico único instituído pela Carta Magna.

A Casa Civil faz o filtro político dos nomes indicados por ministros e responsáveis por órgãos ou autarquias com base na postura dos candidatos nas redes sociais, em manifestações políticas e ligações com sindicatos e movimentos das categorias e dá a palavra final. Esse trabalho do órgão veio a público, um ano atrás, com a rumorosa exoneração do diplomata Audo Araújo Faleiro, dois dias depois da sua nomeação pelo ministro Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, para o cargo de chefe da divisão encarregada da Europa Ocidental. A reversão da decisão do ministro ocorreu um dia após ataque do *site* O Antagonista e da rede de apoiadores de Jair Bolsonaro a Faleiro, por ele ter trabalhado em governos do PT. Procurado por esta revista, Faleiro disse que continuará sem se manifestar sobre o episódio. Há vários casos semelhantes de diplomatas destituídos de posições relevantes e “colocados na geladeira”.

A primazia do filtro ideológico sobre critérios técnicos e de idoneidade é absoluta, mostra o caso chocante do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, condenado pela Justiça por violar aquilo que deveria defender e empenhado em recorrentes desvios de função, mas confirmado inúmeras vezes no cargo por Bolsonaro.

Não se passa um dia sem denúncia de assédio. Na quarta-feira 30, foram exonerados seis auditores de controle interno efetivos da Controladoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro que trabalhavam no sistema de controle interno da Secretaria

REPORTAGEM DE CAPA

O Exército envia lotes de cloroquina às aldeias indígenas e obriga os nativos a tomar um remédio ineficaz no combate ao coronavírus

de Saúde. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle e da federação da categoria, Rudinei Marques, eles investigavam possíveis desvios de recursos destinados aos hospitais de campanha. “O gestor tem poderes legais para isso, mas exonerar de uma hora para outra, sem maiores explicações, a equipe toda que está desempenhando com rigor as suas atribuições é algo estranho. Os servidores da CGE estão muito preocupados com o clima de terror que se implantou com a saída do governador e não têm certeza se os novos gestores vieram para fazer a coisa certa ou para acobertar os desvios que estão ocorrendo e que foram divulgados pela mídia”, ressalta. Os profissionais exonerados, acrescenta, atuavam na investigação da contratação de Organizações Sociais para construção e gestão dos hospitais de campanha. “A equipe descomissionada não estava deixando barato os desvios que encontravam”, sublinha Marques.

No começo do mês, Bolsonaro assinou a Medida Provisória 1005 que autoriza a Funai a pagar diárias a servidores públicos e militares para atuar “na proteção de barreiras sanitárias” no contorno das reservas indígenas. A MP favorece o aparelhamento da fundação pelas Forças Armadas, que ocupam cada vez mais espaço na máquina, da Casa Civil à área de Cultura. As regras são a pressão mais drástica até agora sobre os quadros da Funai e têm efeitos deletérios sobre os próprios índios, disse um funcionário, proibido de dar declarações por instrução normativa.

O repertório do assédio institucional inclui a censura a publicações oficiais, não importa o quanto estejam respaldadas pela lei. “Começam a acontecer com



frequência situações de silenciamento e de impedimento de manifestação ou publicação de materiais decorrentes do próprio trabalho de uma área técnica ou órgão”, denuncia Débora Verdi, coordenadora de Estudos, Pesquisas e Qualificação da Carreira da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps), que congrega analistas técnicos de políticas sociais. Dois

“HÁ UM CLIMA DE PERSEGUIÇÃO A QUALQUER AÇÃO POLÍTICA QUE VÁ CONTRA AS FANTASIAS E IDEOLOGIAS” DE BOLSONARO, DIZ UM SERVIDOR

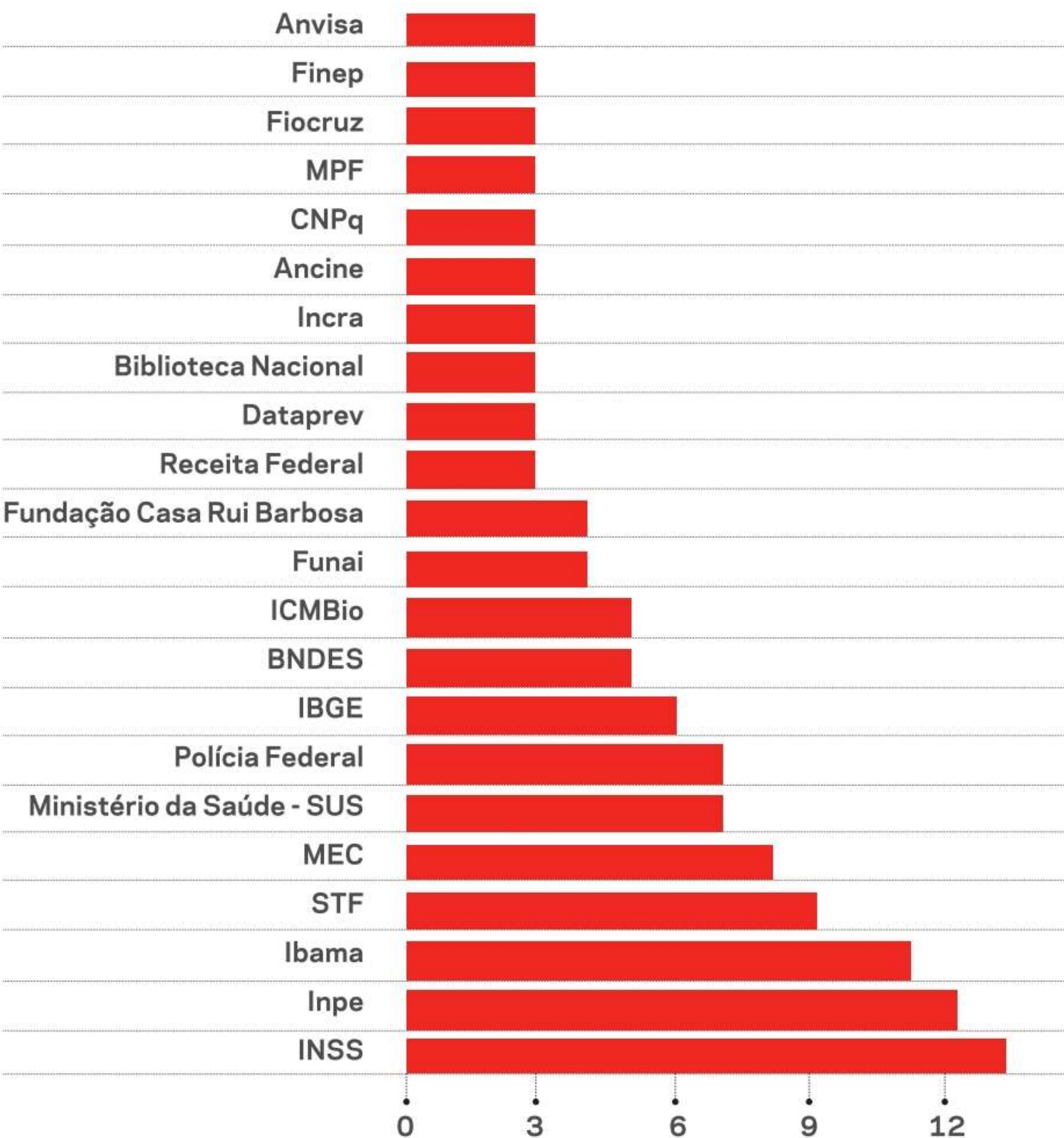
coordenadores foram demitidos em junho pelo ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, o mesmo que autorizou o embarque da controversa cloroquina para os índios, após publicarem documento que se limita a aplicar a legislação sobre a saúde reprodutiva do homem e da mulher com o objetivo de “reduzir a gravidez não planejada e eliminar a violência contra a mulher” durante a pandemia. Bolsonaro, em mensagem dirigida aos seus apoiadores nas redes sociais, identificou no documento uma tentativa de legalização do aborto. Outros dois funcionários foram exonerados por Pazuello no mês passado pela publicação de uma portaria que inclui a Covid-19 na relação de doenças passíveis de contrair no trabalho ou no transporte para o trabalho. A medida facilitaria a obtenção de benefícios como o auxílio-doença por trabalhadores de setores essenciais afastados das atividades em consequência da pandemia. O STF reconheceu mais tarde a pertinência da inclusão



Débora Verdi, Cardoso Jr. e Marques relatam os efeitos deletérios e ampliados da guerra contra os servidores. Nunca se viu nada igual

OS MAIS PRESSIONADOS PELO GOVERNO BOLSONARO

Casos de assédio institucional por órgão ou agência, 2019-2020



Fonte: Associação dos Funcionários do Ipea

indicada pelos funcionários do Ministério da Saúde exonerados.

“Há um clima de perseguição a qualquer ação política que vá contra as fantasias e ideologias do presidente da República, uma inspiração obscurantista anticiência que faz com que as políticas do Ministério da Saúde que levaram décadas para se consolidar, a exemplo do SUS, sejam atacadas, desmontadas, ou morram de inanição”, fulmina um funcionário que pediu para não ter o nome mencionado.

A pressão e a perseguição frequentes levaram a Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais a elaborar uma cartilha. Na base da intensificação das práticas de assédio institucional, ensina o livreto, está a crise da democracia e da norma institucional em vigor desde a Constituição de 1988. As consequências disso são, entre outras, a desarticulação e desorganização institucional, a fragilização da gestão e da prestação de serviços e a descontinuidade da ação pública.

O ataque aos sindicatos e às associações de funcionários aumentou e constitui parte essencial do assédio. O Banco do Brasil abriu um processo disciplinar contra a representante sindical de base Thais Menezes por denunciar as “péssimas condições de trabalho em meio à pandemia” no Complexo Verbo Divino, em São Paulo. A Petrobras fez advertência ao diretor do sindicato dos petroleiros em São José dos Campos, Rafael Látaro, por usar máscara com a inscrição “Fora Bolsonaro”. As duas punições ocorreram nos últimos dias. Em um caso simbólico, a direção do BNDES elaborou há cerca de um mês proposta para a negociação com os empregados que suprimia a cláusula de condicionamento das demissões a processo administrativo com direito a ampla defesa, impedia

REPORTAGEM DE CAPA

a associação dos funcionários de convocar reuniões, ter diretores liberados para exercer a função de representação dos funcionários, acessar informações, usar o auditório do banco e descontar a mensalidade na folha de pagamento.

A motivação política das perseguições é ocultada sob o eufemismo “conveniência e oportunidade”, mostra o relato a seguir. “Fui indicado pelos meus superiores diretos para ocupar um cargo técnico de coordenação com influência política que beira zero. Demoraram muito a responder e, quando veio a decisão, era um registro alegando ‘falta de conveniência e oportunidade’, figura bem genérica do direito administrativo, mas não informava o que era. Os meus superiores disseram que era por eu ser filiado a partido político de esquerda. Eles não tiveram como prosseguir com a nomeação. O único registro que existe não me foi apresentado de modo formal, apenas mostrado. No meu entendimento, eles tinham no mínimo que assumir, porque fica parecendo que foi por falta de competência técnica ou de idoneidade”, protesta um servidor, sob a condição de permanecer anônimo.

A justificativa padronizada é um mantra do assédio institucional. “Identificamos na carreira de gestores governamentais uma quantidade significativa de casos em que a nomeação é barrada por critérios de ‘conveniência e oportunidade’”, alerta Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Todos os nomes, descreve, são submetidos previamente a uma pesquisa. O levantamento habitual abrangia antecedentes criminais, processos judiciais pendentes e uma análise da compatibilidade entre o currículo do candidato e os requisitos do cargo, mas isso ficou em segundo plano. Há uma avaliação das ideias expressas pelo funcionário em redes sociais e, quando se encontra algo considerado ideológico,

As queimadas no Pantanal expõem ao mundo o descaso com o meio ambiente. Até o agronegócio paga a conta da irresponsabilidade

informa-se que o nome foi vetado por questões de conveniência e oportunidade.

O principal impacto imediato do assédio institucional, diz, é desencorajar as visões críticas e ponderações e uniformizar os pontos de vista que subsidiam a tomada de decisão. Isso contraria o interesse público por resultar em iniciativas mal discutidas que com frequência prejudicam a sociedade, exigem reformulações e desperdiçam dinheiro público.

“Quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem poder sobre os concursados, os chama de parasitas, ou de

inimigos, não só os ofende, como revela-se o oposto da liderança que incentiva e estimula. A imagem que se passa é que os servidores são indesejáveis, são um problema, e isso em si é muito desmotivador”, destaca Pontual. “O governo deveria fazer uma análise comparativa aprofundada dos outros países, pedir informações às embaixadas sobre como funciona o serviço civil na América do Norte, na Europa, na Coreia do Sul e no Japão, mas preferiu recorrer a informações rasas de resumos de relatórios do FMI e da OCDE e acha que com isso sabe tudo para fazer uma reforma desse porte e dessa magnitude. Não dá, não pode ser assim.”

Não há área a salvo dos monitoramentos, do filtro ideológico e dos dossiês.



Nas universidades, o principal problema é a nomeação de reitores que não foram os mais votados pela comunidade acadêmica nas consultas públicas, destaca Eblin Farage, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. “O mais votado deveria ser empossado. Há indicados que sequer passaram pelo pleito na comunidade acadêmica, seus nomes apareceram só no conselho universitário. São 12 instituições com reitores que não são os primeiros nomes da lista tríplice e em duas delas os ocupantes do cargo são de outras instituições. É preocupante, pois reitores impostos pressionam toda a estrutura democrática da universidade”, alerta Farage. A maior parte das universidades com gestores escolhidos pelo governo, afirma, implantou o ensino remoto sem diálogo com a comunidade acadêmica, portanto, sem verificar a possibilidade de professores e alunos terem acesso ao ensino. O que se vê em várias instituições é “a absoluta exclusão do aluno do processo”.

A autoexclusão do debate público parece ser a forma assumida pelo assédio institucional no caso do Instituto de



O petroleiro Látaro, perseguido na Petrobras por seu posicionamento político

O ASSÉDIO DESORGANIZA OS MINISTÉRIOS E AUTARQUIAS E REDUZ AINDA MAIS A EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO

Pesquisa Econômica Aplicada, sugere a análise a seguir, do pesquisador e vice-presidente da Associação dos Funcionários do Ipea, Fernando Gaiger. “Como todas as diretorias começam a endurecer e o cenário é sombrio, a autocensura aumenta. Os funcionários ficam com muito medo de botar a cara para fora. O problema maior é que você cala o órgão. O Ipea tinha participação no debate econômico nos últimos anos, mas não tem falado. Não há uma entrevista do presidente sobre isso. Temos pouquíssimos trabalhos públicos, há tempo. Isso é uma forma de assediar, de dar um sinal. Pode ser até que em termos de assédio o Ipea não tenha ainda saído da curva, as perseguições não começaram hoje. Mas há uma cultura deliberada, que piorou agora, de diminuir a participação da instituição no debate público. Jornalistas desistem de falar com o Ipea e a gente fica de fora do debate público, o que é péssimo para a instituição. Temos especialistas de primeiro time para falar sobre todo e qualquer assunto. Dada a estabilidade do setor público, ele pode dizer inclusive que o rei está nu. Isso é bom para a democracia, o Estado, as políticas, para tudo. É o nosso papel. Cabe perguntar por que o Ipea está tão silente.”

As consequências negativas do assédio institucional são de grandes proporções. Há cargos vagos em quase todas as áreas, em quantidade acima da média das administrações anteriores. As causas incluem, segundo várias análises, desde uma base insuficiente de apoiadores do governo experientes em políticas públicas que possa ser acionada para ocupar cargos de confiança, até uma falta de projeto que atraia candidatos dispostos a assumi-los. Pesam ainda o receio e a contrariedade de servidores de ocupar cargos em um governo tão instável e manifestamente contrário ao serviço e às políticas públicas em muitas áreas. •



Nas universidades, Bolsonaro escolhe reitores alinhados com a guerra cultural